

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais
Curso de Ciências Contábeis
Contabilidade de Custos
Planejamento Fiscal e Tributário
Projeto de Estágio Supervisionado
Sistemas Contábeis I
Teoria Avançada da Contabilidade

**PROJEÇÃO DE RESULTADOS COM ABRANGÊNCIA EM
CUSTOS, FINANÇAS E INCENTIVOS FISCAIS**

Ester do Carmo de Oliveira Souza

Belo Horizonte
13 outubro 2011

Ester do Carmo de Oliveira Souza

**PROJEÇÃO DE RESULTADOS COM ABRANGÊNCIA EM
CUSTOS, FINANÇAS E INCENTIVOS FISCAIS**

Artigo Científico apresentado às disciplinas:
Contabilidade de Custos, Planejamento Fiscal e
Tributário, Projeto de Estágio Supervisionado,
Sistemas Contábeis I e Teoria Avançada da
Contabilidade do 5º Período do Curso de Ciências
Contábeis Noite do Instituto de Ciências Econômicas
e Gerenciais da PUC Minas BH.

Belo Horizonte
13 outubro 2011

RESUMO

O presente artigo intitulado de “Projeção de Resultados com Abrangência em Custos, Finanças e Incentivos Fiscais” procurou demonstrar no âmbito geral: o custo total anual de fabricação de 1200 unidades da plataforma elevatória (que é um equipamento de transporte vertical para pessoas com mobilidade reduzida ou cadeirantes), destacando os custos diretos, indiretos, custo com pessoal e custos indiretos de fabricação. A identificação da empresa, as características do mercado consumidor e seus concorrentes.

Como as normas internacionais de contabilidade começam a alterar a maneira que as empresas brasileiras emitem algumas de suas demonstrações. Para isso temos o CPC's que nos traz Pronunciamentos visando o entendimento e adaptação da contabilidade brasileira aos padrões internacionais e o RTT que neutraliza os impactos dos novos critérios internacionais contábeis.

As atribuições do profissional de contabilidade nas disciplinas de Contabilidade de Custos, Planejamento Fiscal e Tributário, Sistemas Contábeis I e Teoria Avançada da Contabilidade, classificando-as como privativas do contador ou compartilhadas e ainda quem são os *stakeholders* (usuários) da informação contábil.

O funcionamento de um software de planejamento financeiro, as referidas funcionalidades e os principais relatórios de projeção do resultado de uma empresa que podem ser extraídos do mesmo.

A teoria contábil tem influenciado as mais diversas áreas de conhecimento da contabilidade, a partir do conceito de governança corporativa.

PALAVRAS-CHAVE

Custos – Plataforma Elevatória – CPC's – RTT – Atribuições do Contador – Software – Governança Corporativa – Teoria da Contabilidade.

1 INTRODUÇÃO

Um dos objetivos do Trabalho Interdisciplinar no Curso de Ciências Contábeis é a constatação do inter-relacionamento das disciplinas, no presente trabalho vamos analisar os custos anuais de uma empresa industrial, fabricante da plataforma elevatória (que é um equipamento de transporte vertical para pessoas com mobilidade reduzida ou cadeirantes), o mercado consumidor e seus principais concorrentes.

Analisar os Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, permitindo a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do processo de produção levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais. Analisar através do RTT – Regime Tributário de Transição, como neutralizar os impactos tributários da adoção dos novos critérios contábeis instituídos pela Lei nº 11.638/07.

Demonstrar as funções do contador nas disciplinas cursadas no 5º período (Contabilidade de Custos, Planejamento Fiscal e Tributário, Sistemas Contábeis I e Teoria Avançada da Contabilidade), identificando-as como privativas do profissional de contabilidade ou compartilhadas. A função básica do contador é produzir informações úteis aos usuários da contabilidade para tomada de decisão. A contabilidade é uma das áreas que mais proporcionam oportunidades para o profissional.

Apresentar como é o funcionamento, as referidas funcionalidades e os principais relatórios de projeção do resultado de uma empresa que podem ser extraídos de um software de planejamento financeiro.

A Teoria Contábil é de fundamental importância desde os primórdios da contabilidade. Com o passar do tempo ela foi adquirindo novos conceitos e se moldando de acordo com o desenvolvimento empresarial, se apresentando em todas as áreas da contabilidade como uma ferramenta de gestão contábil.

2 A INSTITUIÇÃO, CARACTERÍSTICAS DO SETOR, MERCADO CONSUMIDOR E CONCORRENTE

A empresa Montele Indústria de Elevadores Ltda., fundada em 1982, inscrita no CNPJ nº 17.609.256/0001-01 é uma empresa nacional que fabrica equipamentos para o transporte vertical. A fábrica em Contagem/MG está instalada em uma área de 6 mil m² com estrutura para a produção de 1.440 plataformas e elevadores em um ano e emprega 200 colaboradores diretos. Seus principais fornecedores são empresas situadas em São Paulo, Rio de Janeiro e Santa Catarina. Como se trata de uma empresa limitada, seu balanço patrimonial não é divulgado, e por isso todos os dados foram obtidos através de uma pesquisa de campo realizada na empresa.

Todas as informações foram prestadas através do gerente de assistência técnica.

O setor de acessibilidade no Brasil está em alto crescimento. Com as novas leis (direito a acessibilidade) que impõem a implantação da acessibilidade, as pessoas com mobilidade reduzida estão saindo mais, tendo mais acesso as lojas, áreas de lazer, cinemas, ônibus, áreas comerciais etc. Com essa demanda de plataformas a empresa Montele tem ampliado seu mercado e aumentando significativamente suas vendas. Seus principais concorrentes são as empresas multinacionais como: OTIS e Thyssen.

2.1 A Plataforma Elevatória

A análise dos custos apresentados a seguir será da plataforma elevatória (que é um equipamento de transporte vertical para pessoas com mobilidade reduzida ou cadeirantes) o qual será nosso caso de estudo. A plataforma elevatória proporciona o acesso seguro a todos os tipos de ambientes, vencendo percursos verticais de até quatro metros. Dispensa casa de máquinas e adequações estruturais complexas, reduzindo o custo da construção ou reforma. Alcança uma velocidade de 6m/min., com capacidade de 275 ou 340 kg. Possui sistema elétrico com elevação por fuso, acionado por joystick (alavanca de comando), através de pressão constante. Resistente às intempéries, com pintura eletrostática e acabamento opcional em aço inox atendendo a várias redundâncias de segurança, excedendo as exigências da norma ABNT.

2.2 Custos de Produção por Unidade da Plataforma de Acessibilidade

Para a fabricação da plataforma de acessibilidade, são necessários os seguintes itens:

Fuso Laminado (Peça responsável para o movimento da plataforma): R\$ 775,78

- **Materiais Diretos:**

Matéria Prima Direta (Custo Variável): aço cilíndrico, R\$ 800,00 à unidade.

(-) 12% de ICMS a recuperar sobre matéria prima direta: R\$ 96,00

(+) Frete sobre MP direta: R\$ 30,00

(-) 12% de ICMS a recuperar: R\$ 3,60

Total por unidade de aço cilíndrico: R\$ 730,40

- **Materiais Indiretos:**

Matéria Prima Indireta (Custo Variável): óleo de corte, R\$ 4,00 o litro.

(-) 12% de ICMS a recuperar sobre matéria prima indireta: R\$ 0,48

(+) Frete sobre MP indireta: R\$ 2,00

(-) 12% de ICMS a recuperar: R\$ 0,24

Total de consumo do óleo de corte: R\$ 5,28

- **Custo com Pessoal (Custo Fixo):**

Para que uma peça do fuso laminado seja fabricada é necessário que um funcionário trabalhe durante três horas. Em média, um funcionário desse departamento tem um salário mensal de R\$ 1.800,00.

(R\$ 1.800,00: 220 horas x 3 horas + encargos sobre a folha de pagamento 63,39% = Total de custo com pessoal referente 1 funcionário R\$ 40,10)

Colunas e Guias Laterais (Peças responsáveis para guiar a cabine em seu movimento): R\$ 1.318,91

- **Materiais Diretos:**

Matéria Prima Direta (Custo Variável): chapa de aço (1/4") dobrada em formato "U", R\$ 700,00 à unidade.

(-) 12% de ICMS a recuperar sobre matéria prima direta: R\$ 84,00

(+) Frete sobre MP direta: R\$ 20,00

(-) 12% de ICMS a recuperar: R\$ 2,40

Total por duas unidade da chapa de aço (1/4") dobrada em formato "U":
R\$ 1.267,20

- Materiais Indiretos:

Matéria Prima Indireta (Custo Variável): parafuso sestavado completo, R\$ 25,00.

(-) 12% de ICMS a recuperar sobre matéria prima indireta: R\$ 3,00

Total do parafuso sestavado completo: R\$ 22,00

- Custo com Pessoal (Custo Fixo):

Para que duas peças da coluna e guia lateral sejam fabricadas é necessário que dois funcionários trabalhem durante duas horas. Em média, um funcionário desse departamento tem um salário mensal de R\$ 1.000,00.

(R\$ 1.000,00: 220 horas x 2 horas + encargos sobre a folha de pagamento 63,39% = Total de custo com pessoal referente 2 funcionário R\$ 29,71)

Conjunto de Acionamento (Onde está localizado o motor elétrico que é responsável pelo movimento de subida e descida da cabine): R\$ 1.249,09

- Materiais Diretos:

Matéria Prima Direta 1 (Custo Variável): estrutura metálica em aço, R\$ 600,00 à unidade.

(-) 12% de ICMS a recuperar sobre matéria prima direta: R\$ 72,00

(+) Frete sobre MP direta: R\$ 10,00

(-) 12% de ICMS a recuperar: R\$ 1,20

Matéria Prima Direta 2 (Custo Variável): motor elétrico, R\$ 730,00 à unidade.

(-) 12% de ICMS a recuperar sobre matéria prima direta: R\$ 87,60

(+) Frete sobre MP direta: R\$ 29,00

(-) 12% de ICMS a recuperar: R\$ 3,48

Total da matéria prima direta (Custo Variável): R\$ 536,80 + R\$ 667,92 =
R\$ 1.204,72

- Materiais Indiretos:

Matéria Prima Indireta (Custo variável): parafuso sestavado, R\$ 4,00.

(-) 12% de ICMS a recuperar sobre matéria prima indireta: R\$ 0,48

Total dos cinco parafusos sestavado utilizados: R\$ 3,52

- Custo com Pessoal (Custo Fixo):

Para que um conjunto de acionamento seja fabricado é necessário que dois funcionários trabalhem durante duas horas e meia. Em média, um funcionário desse departamento tem um salário mensal de R\$ 1.100,00.

(R\$ 1.100,00: 220 horas x 2,5 horas + encargos sobre a folha de pagamento 63,39% = Total de custo com pessoal referente 2 funcionário R\$ 40,85)

Cabine (Parte da plataforma que dá abrigo ao usuário): R\$ 626,05

- Materiais Diretos:

Matéria Prima Direta (Custo Variável): alumínio, R\$ 580,00 à unidade.

(-) 12% de ICMS a recuperar sobre matéria prima direta: R\$ 69,60

(+) Frete sobre MP direta: R\$ 45,00

(-) 12% de ICMS a recuperar: R\$ 5,40

Total por unidade do alumínio: R\$ 550,00

- Materiais Indiretos:

Matéria Prima Indireta (Custo Variável): kit elétrico, composto por botoeiras, alavanca de acionamento, chicote elétrico, R\$ 40,00.

(-) 12% de ICMS a recuperar sobre matéria prima indireta: R\$ 4,80

Total do kit elétrico: R\$ 35,20

- Custo com Pessoal (Custo Fixo):

Para que uma cabine seja fabricada é necessário que um funcionário trabalhe durante cinco horas. Em média, um funcionário desse departamento tem um salário mensal de R\$ 1.100,00.

(R\$ 1.100,00: 220 horas x 5 horas + encargos sobre a folha de pagamento 63,39% = Total de custo com pessoal referente 1 funcionário R\$ 40,85)

Controle Elétrico e Sistema de Regate (Responsável pela movimentação da plataforma e em caso de falta de energia realiza o movimento de descida a fim de evitar que os passageiros fiquem presos): R\$ 866,48

- **Materiais Diretos:**

Matéria Prima Direta (Custo Variável): conjunto de controle elétrico, composto por contadoras, relés de tempo, disjuntores e bateria, R\$ 980,00.

(-) 12% de ICMS a recuperar sobre matéria prima direta: R\$ 117,60

Total por conjunto de controle elétrico: R\$ 862,40

- **Custo com Pessoal (Custo Fixo):**

Para que o controle elétrico e o sistema de resgate sejam montados na plataforma é necessário que um funcionário trabalhe durante meia hora, pois se trata apenas da instalação desse conjunto que é fornecido integralmente por terceiros. Em média, um funcionário desse departamento tem um salário mensal de R\$ 1.100,00.

(R\$ 1.100,00: 220 horas x 0,5 horas + encargos sobre a folha de pagamento 63,39% = Total de custo com pessoal referente 1 funcionário R\$ 4,08)

Porta dos andares: R\$ 1.648,10

- **Materiais Diretos:**

Matéria Prima Direta (Custo Variável): chapas de aço e visores em acrílico transparente, R\$ 830,00.

(-) 12% de ICMS a recuperar sobre matéria prima direta: R\$ 99,60

(+) Frete sobre MP direta: R\$ 60,00

(-) 12% de ICMS a recuperar: R\$ 7,20

Total de duas portas dos andares: R\$ 1.566,40

- Custo com Pessoal (Custo Fixo):

Para que as duas portas dos andares sejam montadas na plataforma são necessários que dois funcionários trabalhem durante cinco horas. Em média, um funcionário desse departamento tem um salário mensal de R\$ 1.100,00.

(R\$ 1.100,00: 220 horas x 5 horas + encargos sobre a folha de pagamento 63,39% = Total de custo com pessoal referente 2 funcionários R\$ 81,70)

2.3 Montagem da Plataforma de Acessibilidade no Cliente

Após o processo de fabricação, passaremos para a parte da montagem da plataforma de acessibilidade no cliente. São necessários dois mecânicos com um tempo médio de quatro dias. Em média, um funcionário desse departamento tem um salário mensal de R\$ 1.200,00.

(R\$ 1.200,00: 220 horas x 35,2 dias + encargos sobre a folha de pagamento 63,39% = Total de custo com pessoal referente 2 funcionários R\$ 627,42)

2.4 Custos Indiretos de Fabricação

Os custos indiretos de fabricação da plataforma elevatória são compostos pela energia da fábrica, depreciação das máquinas e dos equipamentos, abastecimento de gás para as máquinas que utilizam oxigênio e o leasing dos carros utilizados na montagem e vistoria das plataformas. Não existe manutenção preventiva para as máquinas e equipamentos da fábrica.

- Energia da fábrica (Custos variáveis): a empresa gasta em média R\$ 45.000,00 por mês. Total anual: R\$ 540.000,00;
- Depreciação de Máquinas e equipamentos (Custos Fixos): na fabricação das Plataformas são utilizadas quatro máquinas industriais: Laminadora CMC (para fabricação do fuso), Pulcionadora e Maçarico (para corte das chapas), Prensa Hidráulica (para dobra das chapas) e a Máquina de Solda. Todas possuem uma vida útil de 10 anos com depreciação anual de 10% totalizando no total R\$ 1.250.000,00. O custo de depreciação mensal aproximado é de R\$ 10.416,67. Total anual de Depreciação: R\$ 125.000,00;

- Gás para máquinas da produção (Custos Variáveis): R\$ 400,00 mensal. Total anual gasto com Gás: R\$ 4.800,00;
- Leasing referente cinco carros (Custo Fixo): Total anual R\$ 120.000,00.

2.5 Apuração Final dos Custos para fabricação de 1200 unidades da Plataforma Elevatória no período de um ano

- Materiais Diretos: R\$ 6.181,72 x 1.200 unidades = R\$ 7.417.344,00
- Materiais Indiretos: R\$ 66,00 x 1.200 unidades = R\$ 79.200,00
- Custo com Pessoal: R\$ 864,71 x 1.200 unidades = R\$ 1.037.652,00
- Custos Indiretos de Fabricação anual: R\$ 789.800,00

TOTAL DO CUSTO ANUAL: R\$ 9.323.996,00

2.6 Média de vendas anual da plataforma elevatória

- Valor Médio de Venda Unitário: R\$ 15.500,00 x 1.200 unidades = R\$ 18.600.000,00
- Receita Bruta de Vendas: R\$ 9.276.004,00 (Obs: Nessa receita não foram descontados os impostos devidos pela empresa).

3 COMO OS CPC'S TRATAM AS OPERAÇÕES CONTÁBEIS E OS SEUS REFLEXOS NO RESULTADO DA ORGANIZAÇÃO

Os CPC's tratam as operações contábeis e os seus reflexos no resultado da organização de acordo com as normas internacionais de contabilidade, emitidas pelo IASB. As quais são baseadas muito mais em princípios do que em regras. O uso dos princípios ao invés das regras obriga o contador a fazer um maior julgamento e uma maior análise, e para isso exige uma maior preparação do profissional o qual permitirá produzir informações contábeis com maior qualidade e utilidade.

As normas são baseadas na “Prevalência da Essência sobre a Forma”, ou seja, mesmo que a lei determine algo, vai prevalecer a realidade. Por exemplo, se uma empresa está vendendo um imóvel para alguém, comprometendo – se a recomprá-lo daqui a quatro anos, quando o empréstimo estiver pago, é necessário analisar e verificar se ao invés de uma venda, um contrato de aluguel e uma recompra, o que está ocorrendo, na verdade, não é uma operação de empréstimo em que o imóvel esteja sendo dado como garantia. Com isso, o registro contábil deverá seguir a essência e não a forma, se esta não representar bem a realidade da operação. A consolidação de balanços é também uma forma de prevalência da essência sobre a forma, juntam-se os balanços e produz-se uma informação como se as várias entidades, controladora e controlada, fossem uma só, representa a entidade econômica e não a entidade jurídica. Um outro exemplo, é o leasing financeiro.

Os conceitos de controle, de obtenção de benefícios e de incorrência de riscos, são muito mais importantes do que a propriedade jurídica para registro de ativos, passivos, receitas e despesas. O próprio conceito de essência sobre a forma já induz a essa consequência. Quando uma entidade vende sua carteira de recebíveis, mas se obriga a repor qualquer título com inadimplência, continua mantendo todos os ônus e riscos dessa carteira. Então, de fato não terá vendido, terá efetuado um empréstimo, e dado a carteira como garantia.

A contabilidade passa a ser de toda a empresa e não só do contador. Por exemplo, antes para calcular a depreciação, a grande maioria utilizava a tabela admitida pela SRF, ninguém na empresa questionava, se quer tomavam conhecimento sobre isso. Hoje é necessário conhecer e registrar com base na vida útil econômica e no valor residual estimado, a depreciação na maioria das situações, precisará ser efetuada a partir de dados e informações de outros departamentos, de engenharia, por exemplo, que não sejam do contábil, dados que o contador utilizará para calcular a depreciação.

No cálculo do valor justo dos instrumentos financeiros, não é mais o contador que verifica o título e suas condições de juros e etc. Agora precisará a área financeira, a tesouraria ou o local devido, providenciar e se responsabilizar pela geração de informações relativas à avaliação do derivativo, do valor justo de certos títulos e obrigações, o contador deve estar munido de documentos para fundamentar seus registros.

3.1 A função do RTT enquanto ferramenta responsável por anular os efeitos da lei 11.638

O Regime Tributário de Transição (RTT), introduzido por meio da Medida Provisória 449/08, transformado na Lei 11941/09, passou a considerar, para fins fiscais, as regras tributáveis de Dezembro de 2007. Todas as modificações introduzidas pela Lei 11.638 e pelas novas normas emitidas pelo CPC em direção às Normas Internacional de Contabilidade são fiscalmente neutras. Ou seja, não tem efeito fiscal. Para 2008 e 2009 a empresa pode optar por não adoção do RTT se isso lhe fosse conveniente. Por exemplo, se o conjunto de modificações por essa nova legislação em 2008 e 2009 fossem um saldo líquido devedor, que lhe diminuísse a tributação a empresa podia não optar pelo RTT e tomar a dedutibilidade líquida (os acréscimos passaram a ser tributáveis e os decréscimos dedutíveis).

Este procedimento deveria ser considerado em seu conjunto, todas as conseqüências relativas ao imposto de renda, à contribuição social sobre o lucro líquido, ao PIS e à COFINS. Assim se as novas regras contábeis de subvenção para investimento (que aumentam a receita tributável se não houvesse a opção pelo RTT), de arrendamento mercantil financeiro (que poderia aumentar ou diminuir a receita tributável), de depreciação e etc. provocassem um saldo líquido que reduziria a tributação, a empresa poderia simplesmente não optar pelo RTT e tomar essas receitas e despesas contábeis novas para fins fiscais também.

Se a empresa optasse pelo RTT, todos os efeitos dessa nova legislação precisavam ser excluídos ou adicionados no Lalur para fins de tributação.

A partir de 2010, o RTT será obrigatório para todas as pessoas jurídicas sujeitas ao IRPJ e à CSL segundo o lucro real, presumido ou arbitrado, assim como para o PIS e a COFINS, em qualquer sistemática.

Com o intuito de garantir a referida neutralidade tributária, devendo ser considerados, para fins fiscais, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007.

3.2 Principais aspectos envolvendo a DVA – Demonstração de Valor Adicionado e a DFC – Demonstração de Fluxo de Caixa

A Demonstração do Valor Adicionado tem o objetivo de demonstrar a riqueza gerada pelas entidades e sua distribuição entre funcionários, governo, acionistas e credores. Somente as companhias abertas têm a obrigatoriedade de publicar a DVA. Segundo o Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, valor representa a riqueza gerada pela empresa, de forma geral medida pela diferença entre o valor das vendas e os insumos adquiridos de terceiros. Inclui também o valor adicionado recebido em transferência, ou seja, produzidos por terceiros e transferidos à entidade. A DVA está fundamentada em conceito macroeconômico, é a parcela de contribuição que a empresa tem na formação do Produto Interno Bruto (PIB).

O objetivo da Demonstração de Fluxo de Caixa é prover informações relevantes sobre os pagamentos e recebimentos, em dinheiro, de uma empresa, ocorridos durante um determinado período, e com isso ajudar os usuários das demonstrações contábeis na análise da capacidade da entidade de gerar caixa e equivalente de caixa, e também suas necessidades para utilizar esses fluxos de caixa. A DFC é dividida em três grupos: Atividades operacionais, Atividades de investimentos e Atividades de financiamentos. Todas as empresas obrigadas a publicar suas Demonstrações Financeiras devem publicar a DFC, exceto as que tiverem patrimônio líquido inferior a R\$ 2 milhões.

3.3 Estudo dos impactos no resultado pelos seguintes tratamentos contábeis:

Redução do Valor Recuperável de Ativos (CPC 01):

O objetivo deste Pronunciamento Técnico é estabelecer procedimentos que a entidade deve aplicar para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação. Um ativo está registrado contabilmente por valor que excede seu valor de recuperação se o seu valor contábil exceder o montante a ser recuperado pelo uso ou pela venda do ativo. Se esse for o caso, o ativo é caracterizado como sujeito ao reconhecimento de perdas, e o Pronunciamento Técnico requer que a entidade reconheça um ajuste

para perdas por desvalorização. O Pronunciamento Técnico também especifica quando a entidade deve reverter um ajuste para perdas por desvalorização e estabelece as divulgações requeridas.

Este Pronunciamento define valor recuperável como o maior valor entre o valor justo líquido de despesas de venda de um ativo ou de unidade geradora de caixa e o seu valor em uso. O valor recuperável é determinado para um ativo individual, a menos que o ativo não gere entradas de caixa provenientes de seu uso contínuo, que são, em grande parte, independentes daquelas provenientes de outros ativos ou de grupos de ativos. Se esse for o caso, o valor recuperável é determinado para a unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.

Ajuste a Valor Presente (CPC 12):

Este Pronunciamento estabelece os requisitos básicos a serem observados quando da apuração do Ajuste a Valor Presente de elementos do ativo e do passivo quando da elaboração de demonstrações contábeis.

A utilização de informações com base no valor presente concorre para o incremento do valor preditivo da Contabilidade, permite a correção de julgamentos acerca de eventos passados já registrado, se traz melhoria na forma pela qual eventos presentes são reconhecidos. Se ditas informações são registradas de modo oportuno, à luz do que prescreve a Estrutura Conceitual para a elaboração e apresentação das Demonstrações Contábeis.

Na correção integral, como estamos trazendo todos os valores dos itens componentes das Demonstrações Contábeis para uma única data, nada mais justo que descontarmos dos valores a pagar e a receber esse sobre preço. Se o sobre preço não tiver sido adicionado de qualquer forma, o ajuste deve ser feito para trazer os valores nominais a seus efetivos valores presentes. Os itens monetários ativos e passivos, decorrentes de operações prefixadas, devem ser traduzidos a valor presente. Para trazer esses itens a valor presente devemos utilizar a taxa de juros vigentes na data da transação de acordo com Pronunciamento Técnico CPC 12. Os itens não monetários, tais como estoques, imobilizados, etc., devem ser registrados pelo valor presente apurado na data de realização de cada operação. Esse registro poderá ser feito com utilização de uma conta redutora ou diretamente por seu valor líquido.

Operações de arrendamento mercantil – Leasing (CPC 06):

De acordo com Pronunciamento Técnico CPC 06, Arrendamento Mercantil, aprovado e tornado obrigatório para as companhias abertas pela Deliberação CVM 554/08 e para os profissionais de contabilidade das empresas sem órgão regulador contábil específico pela resolução CFC 1.141/09, um arrendamento mercantil é classificado como financeiro, se ele transferir todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade. Assim a classificação de um arrendamento mercantil como financeiro ou operacional dependerá da essência econômica da transação e não só a forma contratual. Nas demonstrações contábeis do arrendatário, os pagamentos da prestação do arrendamento mercantil operacional devem ser considerados como base linear durante o prazo do arrendamento mercantil.

Ativo Intangível – Gastos com Pesquisas e Desenvolvimento de Novos Produtos (CPC 04):

O objetivo do presente Pronunciamento Técnico é definir o tratamento contábil dos ativos intangíveis que não são abrangidos especificamente em outro Pronunciamento. Este Pronunciamento estabelece que uma entidade deve reconhecer um ativo intangível apenas se determinados critérios especificados neste Pronunciamento forem atendidos. O Pronunciamento também especifica como mensurar o valor contábil dos ativos intangíveis, exigindo divulgações específicas sobre esses ativos. Caso a entidade não consiga diferenciar a fase de pesquisa da fase de desenvolvimento de projeto interno de criação de ativo intangível, o gasto com o projeto deve ser tratado como incorrido apenas na fase de pesquisa. Nenhum ativo intangível resultante de pesquisa (ou da fase de pesquisa de projeto interno) deve ser reconhecido. Os gastos com pesquisa (ou da fase de pesquisa de projeto interno) devem ser reconhecidos como despesa quando incorridos. Durante a fase de pesquisa de projeto interno, a entidade não está apta a demonstrar a existência de ativo intangível que gerará prováveis benefícios econômicos futuros.

Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão das Demonstrações Contábeis (CPC 02):

Uma entidade pode manter atividades em moeda estrangeira de duas formas. Ela pode ter transações em moedas estrangeiras ou pode ter operações no exterior. Adicionalmente, a entidade pode apresentar suas demonstrações contábeis em uma moeda estrangeira. O objetivo deste Pronunciamento Técnico é orientar acerca de como incluir transações em moeda estrangeira e operações no exterior nas demonstrações contábeis da entidade e como converter demonstrações contábeis para moeda de apresentação. Os principais pontos envolvem quais taxas de câmbio devem ser usadas e como reportar os efeitos das mudanças nas taxas de câmbio nas demonstrações contábeis.

Este Pronunciamento Técnico é aplicado na apresentação das demonstrações contábeis da entidade em moeda estrangeira e estabelece exigências a serem observadas para que as demonstrações contábeis resultantes possam ser consideradas como em consonância com os Pronunciamentos Técnicos emanados do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Na conversão de informações financeiras para moeda estrangeira que não atenda às referidas exigências, este Pronunciamento Técnico requer que sejam divulgadas informações específicas. Ganhos e perdas em transações com moedas estrangeiras e variações cambiais advindas da conversão do resultado e da posição financeira da entidade (incluindo a entidade no exterior) para moeda diferente podem produzir efeitos fiscais. O Pronunciamento Técnico CPC 32 Tributos sobre o Lucro deve ser aplicado no tratamento desses efeitos fiscais.

4 O PROFISSIONAL DE CONTABILIDADE

O profissional de Ciências Contábeis é regulamentado pelo Decreto Lei nº 9.295 de 27/05/1946, que defini no Art. 25, as atribuições do contador, criando o Conselho Federal de Contabilidade – CFC e os Conselhos Regionais de Contabilidade – CRC. As prerrogativas profissionais dos contabilistas foram redefinidas através da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade – CFC nº 560, de 28/10/1983, que no Capítulo I atribui as atividades privativas dos

contabilistas e no Capítulo II as atividades compartilhadas. Nos artigos: 2º e 3º da Resolução 560/83 temos todas as atividades e funções bem como a titulação que pode ser dada ao contabilista, no Anexo A podemos visualizar isto de uma maneira ampla e mais clara.

Os princípios contábeis, que de um modo geral é a padronização das técnicas contábeis, aos quais desenvolvemos a aplicabilidade em Teoria Avançada da Contabilidade, deve ser aplicado em todas as funções destinadas ao profissional de contabilidade, é função privativa do contador de acordo com o Item 46, do Artigo 3º “estabelecimento dos princípios e normas técnicas de Contabilidade” e também no Código de Ética do Contabilista, Art. 3º Item XIII: “é vedado ao contabilista ir contra os Princípios Fundamentais (...) editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade”.

A Contabilidade de Custos dá suporte às decisões gerenciais no que diz respeito ao custeamento de produtos e apuração de resultados. Realizamos projeções indicando investimentos, tanto aquisição quanto depreciação; projetando os custos operacionais (custo de pessoal, materiais, apuração de resultados), indicação da rentabilidade dos produtos. Diante disto, observamos que o profissional que executa estas atividades, faz parte das atribuições privativas do contador, que no Artigo 3º, item 18 se caracteriza como:

Apuração, cálculo e registro de custos, em qualquer sistema ou concepção: custeio por absorção ou global, total ou parcial; custeio direto, marginal ou variável; custeio por centro de responsabilidade com valores reais, normalizados ou padronizados, históricos ou projetados, com registros em partidas dobrados ou simples, fichas, mapas, planilhas, folhas simples ou formulários contínuos, com manual, mecânico, computadorizado ou outro qualquer, para todas as finalidades, desde a avaliação de estoques até a tomada de decisão sobre a forma mais econômica sobre como, onde, quando e o que produzir e vender;

Através do Planejamento Fiscal e Tributário, que nos proporciona o estudo da legislação tributária para diminuir a carga tributária e fiscal e tomada de decisão, verifica-se os efeitos do RTT – Regime de Tributação Transitório, ferramenta responsável por anular os efeitos contábeis no lucro tributável das sociedades empresariais. Está atividade pertence às duas categorias do contador a privativa e a compartilhada. A privativa está no artigo 3º, item 36, “fiscalização tributária que requeira exame ou interpretação de peças contábeis de qualquer natureza”, já a compartilha está no artigo 5º, item 10, “planejamento tributário”. O Planejamento fiscal e tributário faz parte do Curso de Administração, que considera um dever de

todo administrador fazer e acompanhar o planejamento tributário, por imposição da Lei 6.404/76 da Seção IV, Artigos 153 e 154. Este planejamento, além de ser uma obrigação do empresário, é um direito que se constitui no uso de toda e qualquer forma de estruturação de suas atividades mercantis, no sentido de evitar, adequar ou diminuir sua carga tributária através de formulações autorizadas e não proibidas em lei.

Em Sistemas Contábeis, percebe-se na prática como proceder com as atividades em sistemas operacionais das sociedades empresárias, principalmente hoje que todos os setores são interligados. Estuda-se também os recursos tecnológicos que um bom profissional precisa ter. Esta atividade é compartilhada do contador, conforme item 16 da Resolução do CFC nº 560/83: “processamento de dados”. Esta profissão apesar de ser reconhecida ainda não legalmente regulamentada, pois não possui um Conselho de fiscalização. Há projeto para criação da CONIN (Conselho Nacional de Informática) e também a Lei para criação do CREI (Conselho Regional de Informática) que irá regulamentar todas as atividades da área de informática, inclusive processamento de dados. Hoje, a atividade pode ser exercida por técnicos de informática, analista de sistemas ou até mesmo contadores e administradores.

4.1 Os usuários da informação (STAKEHOLDERS)

O termo *stakeholders* em inglês significa “*stake*”: interesse; “*holder*”:aquele que possui. O termo foi inaugurado pelo filósofo Robert Edward Freeman, que defendia a idéia da interferência dos *stakeholders* como fundamental no planejamento estratégico. Na prática são todos aqueles que influenciam em uma entidade empresarial. É qualquer indivíduo ou entidade que afete as atividades de uma sociedade empresarial, conforme figura abaixo.

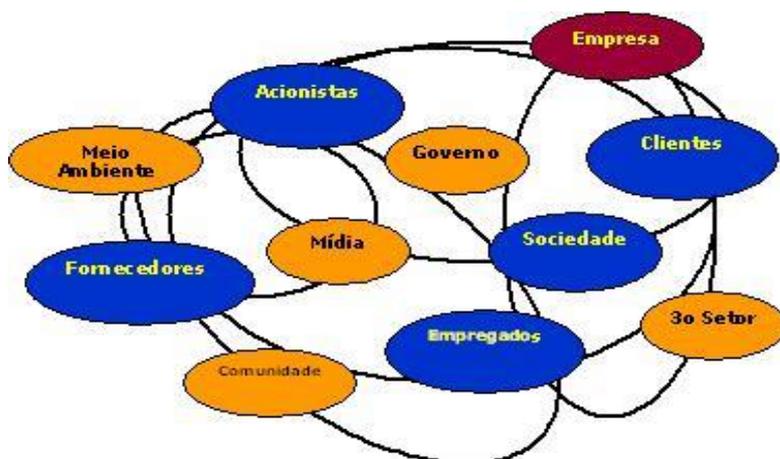


Figura 1: Stakeholders - Fonte: Apresentação GRI G3 Grupo de Trabalho para a Difusão das Diretrizes G3 da Global Reporting Initiative.

Os usuários são as pessoas que se utilizam da contabilidade, que se interessam pela situação da sociedade empresarial e buscam instrumentos contábeis as suas respostas. Podem ser divididos em usuários internos e externos.

Usuários internos são todas as pessoas ou grupo de pessoas relacionadas com a entidade e que tem facilidade de acesso às informações contábeis, tais como: gerentes ou administradores, funcionários, diretoria.

Usuários externos são todas as pessoas ou grupos de pessoas sem facilidade de acesso direto às informações, mas que as recebem de publicações das demonstrações pela entidade, tais como bancos, concorrentes, governo, fornecedores e clientes.

Os relatórios específicos elaborados pelos profissionais de contabilidade podem abranger quaisquer áreas de informação: fluxo financeiro, disponibilidades, contas a pagar e a receber, aplicações financeiras, tributação, informações sobre as receitas e despesas, custos das mercadorias e gastos gerais de funcionamento.

A contabilidade tem como premissa priorizar o usuário da informação, a diversidade de usuário aponta para diversidade de necessidades a serem supridas pelo que será ofertado pela informação. O quadro abaixo denota a diversidade de usuários e suas necessidades:

USUÁRIOS	METAS RELEVANTES
Clientes	Produtos com qualidade; recebimento de produtos em dia; produtos mais baratos; cortesia no atendimento.
Fornecedores	Parceria; segurança no recebimento; continuidade.
Colaboradores	Geração de caixa; salários adequados; incentivos à promoção; produtividade; valor adicionado; segurança no emprego; efetivo.
Investidores potenciais	Custo de oportunidade; rentabilidade; liquidez da ação.
Acionistas controladores	Retorno sobre o Patrimônio Líquido; Retorno sobre o Ativo; continuidade; crescimento no mercado; valor adicionado.
Acionistas minoritários	Fluxo regular de dividendos; valorização da ação; liquidez.
Gestores	Retorno sobre o patrimônio líquido; continuidade; valor patrimonial da ação; qualidade; produtividade; valor adicionado.
Governo	Lucro tributável; valor adicionado; produtividade.
Vizinhos	Contribuição social; preservação do meio ambiente; segurança, qualidade, cidadania.

Fonte: Barbosa, 2003 Adaptado de Tinoco (2001).

5 SOFTWARE PARA PROJEÇÃO E SIMULAÇÃO DOS RESULTADOS

O software MakeMoney 2.0 foi desenvolvido pela empresa Starta Empreendedorismo e Inovação.

Os módulos que compõem o Software são: Resumo Executivo; A Empresa; Planejamento Estratégico; Plano de Operações; Plano de Marketing; Análise do Mercado; Produtos e Serviços; Plano Financeiro e Despesas.

O MakeMoney é um software que avalia a viabilidade de um futuro empreendimento e seus produtos através da elaboração de planos de negócios. Foi criado para construir, gerenciar e orientar o processo de elaboração de planos de negócios de forma fácil, rápida e consistente. Oferece as principais funcionalidades num ambiente integrado e fácil de usar, aliando elaboração de textos e quadros financeiros.

O MakeMoney na versão 1.0 foi lançado em maio/99 e tornou-se a mais importante ferramenta de apoio à elaboração de planos de negócios do Brasil, abrangendo também o controle da parte financeira das empresas que já estão em funcionamento.

O MakeMoney pode ser utilizado para: planejar o sucesso do empreendimento, realizar análises sobre a viabilidade de um negócio, desenvolver

um planejamento de marketing e financeiro e identificar oportunidades e ameaças para a empresa.

O planejamento financeiro é muito importante para a tomada de decisões e para prever situações de risco em uma empresa. Com o MakeMoney a empresa tem em tempo real as projeções financeiras para fluxo de caixa, receitas, despesas, custos e lucros, podendo assim programar investimentos para melhoria e expansão do empreendimento.

O programa está dividido em diversos tópicos independentes, o que permite que ele seja construído de modo aleatório sem que uma parte prejudique o andamento da outra. Os tópicos no MakeMoney classificam-se em três tipos básicos: tópicos de textos, tópicos de dados financeiros e tópicos de planilhas financeiras.

Os tópicos de textos constituem um conjunto de pequenos textos que, juntos, descreverão de forma clara e concisa o negócio.

Os tópicos de dados financeiros referem-se à parte financeira da empresa. Recebem os valores, quantidades e descrições para a criação do modelo financeiro do negócio. Logo após serem inseridas, essas informações são automaticamente lançadas nas planilhas financeiras. Cada formulário de entrada de dados financeiros tem sua particularidade e com isso torna simples a construção do planejamento financeiro.

Para iniciar os lançamentos nos tópicos de dados financeiros é necessário escolher a opção abrir um plano de negócio existente, para empresas que já estão em funcionamento, depois escolher entre as opções de modelo simplificado, básico ou avançado e então inserir os seguintes dados: investimentos, estoque, imobilizado, depreciação, pessoal da produção, pessoal da administração e terceirização, distribuição de lucros, despesas administrativas, produtos, serviços e insumos, receitas, alocação de recursos, impostos e taxas, empréstimos e estrutura de capital, garantias oferecidas para obtenção de empréstimo, fontes e usos dos recursos e o balanço inicial com os dados da empresa antes de começar a utilizar o software.

Para que as planilhas financeiras estejam consistentes (preenchidas com informações válidas e inteligíveis pelo software), é necessário que os dados financeiros informados pelo usuário estejam completos e mantenham uma consistência mínima.

Os tópicos de planilhas financeiras são apenas informativos, mostram resultados dos cálculos e projeções. Através delas, avalia-se a empresa sob vários ângulos diferentes da perspectiva financeira.

O planejamento financeiro no MakeMoney tem um horizonte de longo prazo, por isso alguns formulários apresentam possibilidade de informar como se comportarão os valores nos meses e anos seguintes (se são fixos, crescem a uma taxa constante; se não, variam uniformemente no tempo); e também a opção de editar todos os valores futuros.

À medida que os dados são inseridos, o sistema atualiza o plano de negócios, recalcula automaticamente os resultados financeiros e os apresenta para consulta ou impressão a qualquer momento. Todos os tópicos de texto e as planilhas financeiras são impressos, o MakeMoney cria um documento único contendo a parte textual e financeira da empresa.

Os principais relatórios são:

- Projeção dos resultados – que contém os dados referentes à receita bruta de vendas, receita líquida de vendas, margem de contribuição, despesas operacionais, resultado operacional, resultado tributável e lucro líquido, mês a mês dos últimos doze meses e total anual de cinco anos. (ANEXO B).
- Projeção de fluxo de caixa – que contém os dados referentes à total de entradas, total de saídas, despesas com produção, despesas com pessoal, despesas administrativas, investimentos, despesas tributárias, despesas financeiras, dividendos, fluxo do período e saldo acumulado de caixa, mês a mês dos últimos doze meses e total anual de cinco anos. (ANEXO B).
- Projeção de balanço – que contém todas as informações das contas do ativo e do passivo com valores projetados para até cinco anos. (ANEXO B).

6 A APLICABILIDADE DOS PRINCÍPIOS CONTÁBEIS NO CONTEXTO EMPRESARIAL MODERNO FRENTE A UMA ABORDAGEM DE GESTÃO

A contabilidade vem sofrendo fortes influências de outras áreas do conhecimento ao longo das últimas décadas. O corpo teórico da contabilidade, em vez de possuir uma estrutura estática, recebe constantes influências de outras disciplinas e também da própria realidade empresarial que busca retratar. (LOPES, 2001).

O conceito de governança corporativa tem como objetivo, estabelecer uma interação entre essas diversas áreas do conhecimento no mundo da contabilidade. De uma forma mais ampla e socialmente contributiva, inspirados no conceito de governança corporativa, segundo Paxon e Wood (2001):

Governança corporativa (*corporate governance*). [...] A expressão governança corporativa refere-se às regras, procedimentos e administração dos contratos de uma empresa com seus acionistas, credores, empregados, fornecedores, clientes e autoridades governamentais (PAXON, WOOD, 2001, p. 128).

O objeto da governança corporativa é de extrema importância prática, uma vez que mesmo nas economias mais avançadas há uma grande preocupação em se desenvolver mecanismos que protejam os proprietários do capital. Estes mecanismos desenvolvem-se no âmbito da contabilidade estratégica, ou seja, através de práticas de controle adotadas em especial no planejamento fiscal e tributário, e na contabilidade gerencial de custos dentro de uma organização.

É possível questionar a governança corporativa alegando-se que, no longo prazo, a dinâmica do mercado competitivo forçaria as empresas a minimizarem custo e, esta minimização de custos convergiria para os princípios de governança adotados atualmente.

Nesta perspectiva da Teoria Econômica, a competição levaria às boas práticas de governança. (Fucape)

Lopes (2004) por sua vez coloca que os mecanismos de governança nascem da necessidade de medidas para motivar e coordenar as atividades das pessoas. Para ele “em um mercado competitivo, o sistema de preços forçaria as empresas a adotarem as medidas organizacionais mais eficientes. Como este tipo de mercado não ocorre freqüentemente na prática, mecanismos de governança alternativos

devem ser adotados para evitar que os acionistas sejam expropriados de seus recursos pelos administradores”.

Se antes havia um mercado apenas investidor cuja única preocupação era o lucro e o recebimento de dividendos, hoje há um mercado investidor – consumidor – fornecedor – colaborador – comunitário – político – governamental e não governamental. Agora, não somente os resultados econômicos e os dividendos importam, mas também a maneira como foram obtidos, os impactos sócio-ambientais para a sua concepção, a ética e as práticas de governança corporativas adotadas pela empresa, a qualidade e a conceituação do produto no mercado, os outros valores ativos e passivos intangíveis, o controle de riscos de toda ordem, o grau de sustentabilidade dos negócios e toda gama de fatores que a influenciam formam a imagem da Companhia, isto é, tudo o que o público em geral considera importante. Toda essa mudança de mentalidade deu origem a legislações e códigos que em constante mutação, buscam guiar este processo de desenvolvimento da governança corporativa (Marçal, 2005).

Assim como na governança corporativa, pode-se notar a atuação da Teoria Contábil na prática através dos sistemas contábeis que no contexto institucional podem ser interpretados como textos compostos de sinais e símbolos que podem ser utilizados como mecanismos de controle social.

Os sistemas de contabilidade gerencial são como mecanismos de controle social que atuam por meio de relatórios gerenciais. Em decorrência do caráter de permanência que resulta dos registros históricos que mantêm, sistemas de contabilidade gerencial podem apresentar processos de persistência e mudança que revelam uma tendência para homogeneidade.

Dentre os paradigmas alternativos que enfatizam a questão de ‘como’ esses sistemas de informação funcionam nas organizações, tem-se a teoria institucional. Miller (1994) argumenta que a contabilidade não poderia e não deveria ser estudada como uma prática organizacional dissociada do contexto social e institucional no qual está inserida.

Uma das idéias básicas que fundamenta a teoria institucional é que as instituições implicam a historicidade e o controle. Portanto, entender a institucionalização é entender como tipificações recíprocas de ações habituais foram construídas no curso de uma história compartilhada e como essa institucionalização

implica um controle social. O mundo institucional exige legitimidade, isto é, modos pelos quais possa ser explicado e justificado. (Revista Universo Contábil, 2008).

Apesar de ter sido abordada como um ensaio teórico pode-se observar que as práticas, vivências e história das organizações se apresentam como principal ferramenta nos controles gerencial, financeiro e social. Controles estes, que tem como base os princípios e teorias da contabilidade.

3 CONCLUSÃO

Através da pesquisa de campo realizada na empresa Montele, vimos como são formados os custos para a produção da plataforma elevatória, sejam eles diretos indiretos ou com pessoal. O crescimento do setor de acessibilidade no Brasil e as oportunidades de lucro com o aumento desse ramo de atividade.

Através desta pesquisa observamos que o grande desafio da contabilidade é a harmonização das normas contábeis, em face da globalização da economia e dos negócios internacionais. Para isso há a necessidade de igualar as normas, facilitando o entendimento de todo os usuários. Para que isso ocorra temos a instituição dos CPC's, que visam alinhar as normas internacionais às brasileiras e a RTT que neutraliza os efeitos das normas internacionais na contabilidade brasileira.

Percebemos quais são as funções que o profissional de contabilidade pode desenvolver nas diversas disciplinas cursadas. Com a premissa priorizar o usuário da informação, podemos perceber quais são as principais *stakeholders* da informação contábil.

Podemos compreender como é o funcionamento de um software de planejamento financeiro e a importância do mesmo para a tomada de decisões de uma empresa.

Conclui-se que a teoria contábil, alicerçada nas mais variadas áreas de conhecimento é de fundamental importância para o desenvolvimento das atividades contábeis dentro de uma empresa.

REFERÊNCIAS

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução CFC n. 560/83. Dispõe sobre as prerrogativas profissionais de que trata o artigo 25 do Decreto-lei n. 9.295, e 27 de maio de 1946. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/res/560>>. Acesso em: 08 out 2011.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE MINAS GERAIS. Código de ética profissional do contabilista. Disponível em: <http://www.crcmg.org.br/serv_codigo.asp>. Acesso em: 08 out 2011.

FUCAPE – Revista Contabilidade & Finanças, 2004 – Scielo Brasil. Disponível em: <http://www.fucape.br/simposio/4/artigos/antoniol.pdf>. Acesso em: 09 out 2011.

LOPES, Alexandre B.; LIMA, Iran Siqueira. Perspectivas para a Pesquisa em Contabilidade: o Impacto dos Derivativos. Revista Contabilidade & Finanças FIPECAFI - FEA - USP, São Paulo, FIPECAFI, v.15, n. 26, p. 25 - 41, maio/agosto 2001. Disponível em: <http://www.eac.fea.usp.br/cadernos/completos/cad26/Revista_26_parte2.pdf>. Acesso em: 09 out 2011.

MAKEMONEY. Software MakeMoney 2.0. Disponível em: <<http://www.starta.com.br/#makemoney>>. Acesso em: 04 out. 2011.

MARÇAL, Rubens A.R. Comunicação Integrada e Governança Corporativa. Revista RI, Rio de Janeiro, novembro de 2005, n. 93, p. 38-39.

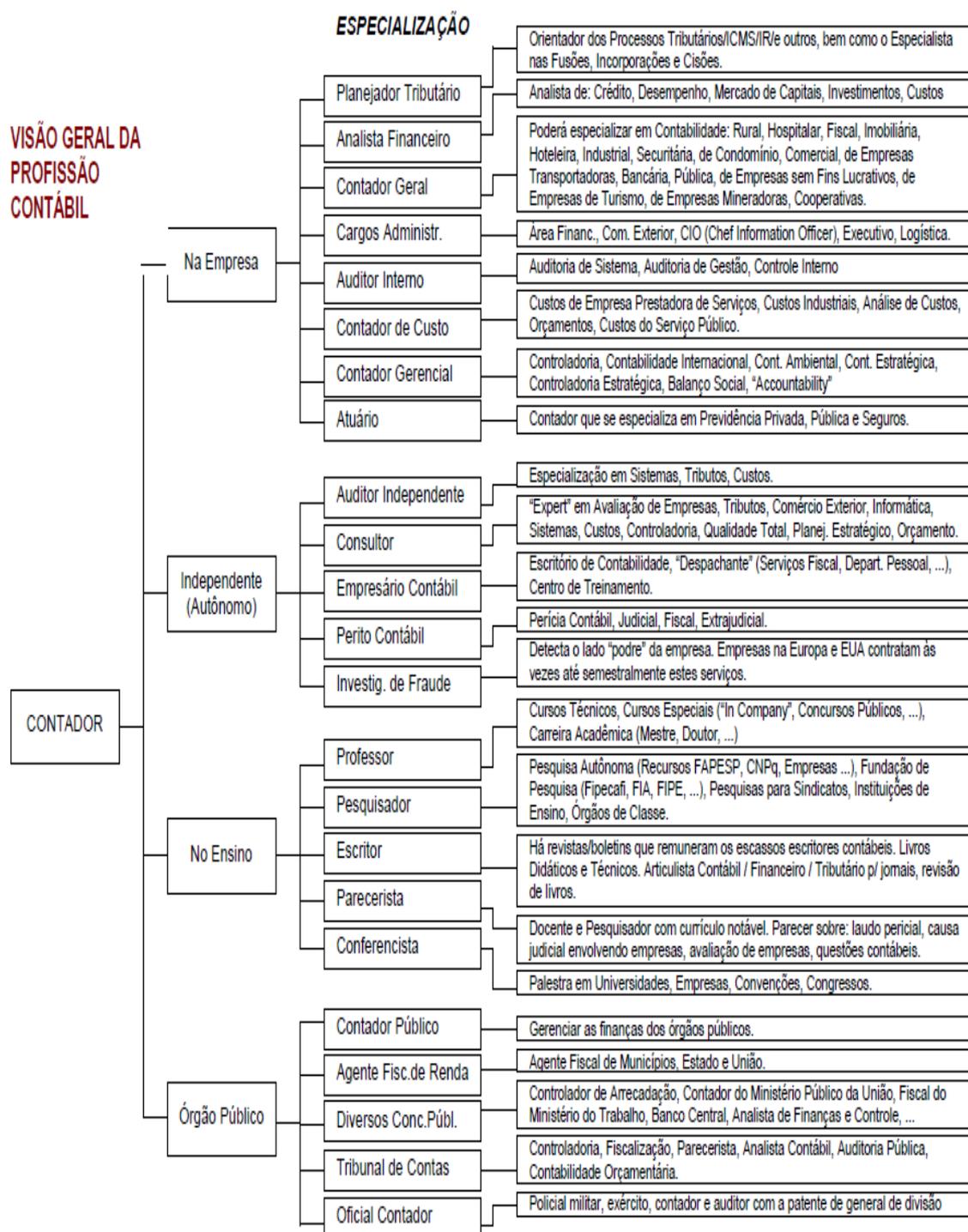
Marion, José Carlos. Contabilidade Empresarial. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MILLER, P. Accounting as social and institutional practice: an introduction. In: HOPWOOD, A. G.; MILLER, P. (edits.). *Accounting as social and institutional practice*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 1-39, 1994.

PAXON, Dean; WOOD, Dean (Org.). Dicionário enciclopédico de finanças. São Paulo: Atlas, 2001.

Revista Universo Contábil, Vol. 4, No 3 (2008). Disponível em: <<http://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/978/732>>. Acesso em: 09 out 2011.

ANEXO A – Visão geral da profissão contábil



ANEXO B – Telas com exemplos de projeções do software MakeMoney

MakeMoney - GMA - GOIABADAS MARIA AMÁLIA - [Projeção dos resultados]

Plano de Negócios Editar Exibir Ferramentas Ajuda

Projeção dos resultados

Descrição	abr-2002	mai-2002	jun-2002	jul-2002	ago-2002	set-
1 RECEITA BRUTA DE VENDAS	\$ 24.000,00	\$ 25.200,00	\$ 26.460,00	\$ 27.783,00	\$ 29.172,15	\$
2,1 (-) Deduções Impostos	\$ (2.093,06)	\$ (2.089,58)	\$ (2.193,40)	\$ (2.302,41)	\$ (2.416,87)	\$
2,2 (-) Deduções Comissões	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$
3 RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	\$ 21.906,94	\$ 23.110,42	\$ 24.266,60	\$ 25.480,59	\$ 26.755,28	\$
4 (-) Custo de Produção	\$ (10.898,92)	\$ (11.326,56)	\$ (11.775,58)	\$ (12.247,06)	\$ (12.742,10)	\$
<i>Pessoal da Produção</i>	\$ (2.346,12)	\$ (2.346,12)	\$ (2.346,12)	\$ (2.346,12)	\$ (2.346,12)	\$
<i>Compras/Insumos</i>	\$ (7.070,00)	\$ (7.423,50)	\$ (7.794,68)	\$ (8.184,41)	\$ (8.593,63)	\$
<i>Fretes & Embalagens</i>	\$ (1.482,80)	\$ (1.556,94)	\$ (1.634,79)	\$ (1.716,53)	\$ (1.802,35)	\$
5 MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO	\$ 11.008,02	\$ 11.783,86	\$ 12.491,02	\$ 13.233,53	\$ 14.013,18	\$
6 (-) DESPESAS OPERACIONAIS	\$ (1.860,33)	\$ (1.860,33)	\$ (1.860,33)	\$ (1.860,33)	\$ (1.860,33)	\$
6,1 Despesas Administrativas	\$ (900,00)	\$ (900,00)	\$ (900,00)	\$ (900,00)	\$ (900,00)	\$
<i>Pessoal da Administração & Terceirização</i>	\$ (300,00)	\$ (300,00)	\$ (300,00)	\$ (300,00)	\$ (300,00)	\$
<i>Aluguéis, Condomínios e IPTU</i>	\$ (600,00)	\$ (600,00)	\$ (600,00)	\$ (600,00)	\$ (600,00)	\$
6,2 Despesas de Vendas e Marketing	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$
6,3 Despesas Gerais	\$ (515,75)	\$ (515,75)	\$ (515,75)	\$ (515,75)	\$ (515,75)	\$
6,4 Depreciação Acumulada	\$ (444,58)	\$ (444,58)	\$ (444,58)	\$ (444,58)	\$ (444,58)	\$
7 RESULTADO OPERACIONAL	\$ 9.147,69	\$ 9.923,53	\$ 10.630,69	\$ 11.373,20	\$ 12.152,84	\$
8 Receitas Financeiras	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$
9 Taxas/Juros de Financiamentos	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$
10 RESULTADO TRIBUTÁVEL	\$ 9.147,69	\$ 9.923,53	\$ 10.630,69	\$ 11.373,20	\$ 12.152,84	\$
11 (-) Imposto sobre Lucro	\$ (1.372,15)	\$ (1.488,53)	\$ (1.594,60)	\$ (1.705,98)	\$ (1.822,93)	\$
12 LUCRO LÍQUIDO	\$ 7.775,53	\$ 8.435,00	\$ 9.036,08	\$ 9.667,22	\$ 10.329,92	\$

Arquivo: INDÚSTRIA AVANÇADO

16:20

MakeMoney - GMA - GOIABADAS MARIA AMÁLIA - [Projeção de Fluxo de Caixa]

Plano de Negócios Editar Exibir Ferramentas Ajuda

Projeção de Fluxo de Caixa

Descrição	Até 31-03-2002	abr-2002	mai-2002	jun-2002	jul-2002
1 TOTAL EITRADAS	\$ 40.847,08	\$ 7.200,00	\$ 24.360,00	\$ 25.578,00	\$ 26.856,90
1,1 Receita de Vendas / Serviços	\$ -	\$ 7.200,00	\$ 24.360,00	\$ 25.578,00	\$ 26.856,90
1,2 Receitas Financeiras	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
1,3 Empréstimos	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
1,4 Outras Receitas	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
1,5 Capital Próprio Investido na Empresa	\$ 40.847,08	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
2 TOTAL SAÍDAS	\$ -	\$ (45.524,88)	\$ (16.820,42)	\$ (17.479,33)	\$ (18.171,20)
2,1 DESPESAS com PRODUÇÃO	\$ -	\$ (8.552,80)	\$ (8.980,44)	\$ (9.429,46)	\$ (9.900,94)
2,1,1 Compras/Insumos	\$ -	\$ (7.070,00)	\$ (7.423,50)	\$ (7.794,68)	\$ (8.184,41)
2,1,2 Fretes	\$ -	\$ (282,80)	\$ (296,94)	\$ (311,79)	\$ (327,38)
2,1,3 Embalagens	\$ -	\$ (1.200,00)	\$ (1.260,00)	\$ (1.323,00)	\$ (1.389,15)
2,2 DESPESAS com PESSOAL	\$ -	\$ (2.646,12)	\$ (2.646,12)	\$ (2.646,12)	\$ (2.646,12)
2,2,1 Pessoal Produção	\$ -	\$ (1.260,00)	\$ (1.260,00)	\$ (1.260,00)	\$ (1.260,00)
2,2,2 Pessoal Administrativo e de Apoio	\$ -	\$ (300,00)	\$ (300,00)	\$ (300,00)	\$ (300,00)
2,2,3 Autônomos	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
2,2,4 Comissões	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
2,2,5 Encargos Sociais	\$ -	\$ (1.086,12)	\$ (1.086,12)	\$ (1.086,12)	\$ (1.086,12)
2,3 DESPESAS ADMINISTRATIVAS	\$ -	\$ (1.115,75)	\$ (1.115,75)	\$ (1.115,75)	\$ (1.115,75)
2,3,1 Aluguéis, Condomínios e IPTU	\$ -	\$ (600,00)	\$ (600,00)	\$ (600,00)	\$ (600,00)
2,3,2 Marketing e Publicidade	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
2,3,3 Treinamentos e Viagens	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
2,3,4 Manutenção e Conservação	\$ -	\$ (193,59)	\$ (193,59)	\$ (193,59)	\$ (193,59)
2,3,5 Seguros	\$ -	\$ (80,16)	\$ (80,16)	\$ (80,16)	\$ (80,16)
2,3,6 Água, Luz e Telefone	\$ -	\$ (150,00)	\$ (150,00)	\$ (150,00)	\$ (150,00)
2,3,7 Outras Despesas	\$ -	\$ (92,00)	\$ (92,00)	\$ (92,00)	\$ (92,00)
2,4 INVESTIMENTOS	\$ -	\$ (29.245,00)	\$ -	\$ -	\$ -
2,4,01 Obras Civis	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
2,4,02 Instalações	\$ -	\$ (2.000,00)	\$ -	\$ -	\$ -
2,4,03 Equipamentos	\$ -	\$ (17.775,00)	\$ -	\$ -	\$ -
2,4,04 Máquinas	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
2,4,05 Móveis e Utensílios	\$ -	\$ (800,00)	\$ -	\$ -	\$ -
2,4,06 Veículos	\$ -	\$ (7.500,00)	\$ -	\$ -	\$ -
2,4,07 Compras Insumos	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
2,4,08 Softwares	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
2,4,09 Outros	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -

Caixa de entrada - Outlook Express

Arquivo: INDÚSTRIA AVANÇADO

Iniciar PUC Consultar S... Caixa de en... MakeMoney... MakeMoney... Figuras Mak... 16:39

MakeMoney - GMA - GOIABADAS MARIA AMÁLIA - [Projeção de Balanço]

Plano de Negócios Editar Exibir Ferramentas Ajuda

Projeção de Balanço

Conta	Exercício Findo em:	mar-2003	mar-2004	mar-2005	mar-2006
1 ATIVO					
1.1 Ativo Circulante					
1.1.1 Caixa e Bancos	\$	145.863,95	456.512,64	997.154,05	2.0
1.1.2 Duplicatas a Receber	\$	28.733,70	-	-	-
1.1.3 Estoques	\$	-	-	-	-
1.1.4 Impostos a Recuperar	\$	-	-	-	-
Total Ativo Circulante	\$	174.597,65	456.512,64	997.154,05	2.0
1.2 Ativo Realizável a Longo Prazo					
1.2.1 Duplicatas a Receber	\$	-	-	-	-
1.2.2 Outros	\$	-	-	-	-
1.3 Ativo Permanente					
1.3.1 Investimentos	\$	-	-	-	-
1.3.2.1 Imobilizado	\$	28.075,00	28.075,00	28.075,00	-
1.3.2.2 (-) Depreciação Acumulada	\$	(5.335,00)	(10.670,00)	(16.005,00)	-
1.3.3 Diferido	\$	1.170,00	1.170,00	1.170,00	-
Total Ativo Permanente	\$	23.910,00	18.575,00	13.240,00	
ATIVO TOTAL	\$	198.507,65	475.087,64	1.010.394,05	2.0
2 PASSIVO					
2.1 Passivo Circulante					
2.1.1 Salários e Encargos a Pagar	\$	2.646,12	-	-	-
2.1.2 Impostos e Taxas	\$	24.549,09	49.920,00	95.633,19	1
2.1.3 Fornecedores	\$	-	-	-	-
2.1.4 Contas a Pagar	\$	750,00	-	-	-
2.1.5 Empréstimos e Financiamentos	\$	-	-	-	-
2.1.6 Outros	\$	92,00	-	-	-
Total Passivo Circulante	\$	28.037,21	49.920,00	95.633,19	1
2.2 Passivo Exigível a Longo Prazo					
2.2.1 Empréstimos e Financiamentos	\$	-	-	-	-
2.2.2 Outros	\$	-	-	-	-

Arquivo: INDÚSTRIA AVANÇADO

Iniciar PUC Consultar S... Caixa de en... MakeMoney... MakeMoney... Figuras Mak... 16:40